

A contribuição da universidade na construção da economia solidária no Brasil

Fernanda Abreu Nagem¹

Rizoneide Souza Amorim²

Rosana Kirsch³

Apresentação

As nossas vivências e interesses pela temática economia solidária nasceram durante as nossas inserções enquanto estudantes e pesquisadoras nos núcleos de pesquisas e nos projetos de incubação em economia solidária desenvolvidos em diferentes universidades e regiões do país (UFV, UFC/UFRN e UNISINOS/UNB, respectivamente). O fato de participarmos do movimento de economia solidária, inicialmente enquanto representação de universidade, e, em seguida, prestando serviços na Secretaria Executiva e em Entidades que fazem parte da coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) leva-nos a fazer uma reflexão sobre a contribuição da universidade na construção e avanço político do movimento de economia solidária no Brasil.

Muitas são as universidades brasileiras que participam dos Fóruns e/ou Redes Estaduais e Nacionais de economia solidária por meio dos núcleos de pesquisas e/ou incubadoras de empreendimentos econômicos solidários. As Redes Universitárias (Fundação Interuniversitária de Estudos Pesquisas sobre o Trabalho – Rede UNITRABALHO e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCP) estão entre as entidades que fazem parte da composição do FBES e, conseqüentemente, vêm contribuindo nesta construção coletiva.

Sendo a Universidade um espaço de construção do conhecimento – onde se exerce o tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão - seu papel no movimento de economia solidária é aqui entendido como, necessariamente, a de interlocutora entre essa produção e a sociedade. Destaca-se, o trabalho que vem sendo realizado junto à grupos incubados e as reflexões acerca das experiências de economia solidária.

A partir dessa definição, busca-se nesse trabalho analisar e avaliar o que as universidades, em seu processo de formação/educação, desenvolvido tanto a grupos populares quanto a seu quadro de agentes, têm definido e realizado como formação política em

¹ Graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Atualmente trabalha na Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

² Mestre em Ciências Sociais – Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Atualmente atua no Instituto Marista de Solidariedade.

³ Mestranda em Sociologia na Universidade de Brasília - UNB.

economia solidária. A utilização de fichas que trazem o relato de algumas dessas experiências, enviadas por essas instituições ao FBES, como parte do processo de construção para 2006 das Oficinas Regionais sobre Formação em Economia Solidária, serviu de material para essa reflexão. Cabe frisar que esse texto traz uma análise exploratória desse material. Assim, esse artigo reflete somente o primeiro momento dessa discussão, apresentando a proposta metodológica e o referencial empírico e teórico que embasará a continuidade da investigação.

A organização da economia solidária no Brasil

A organização para a produção, distribuição e consumo, sob os moldes da economia solidária resgatam as práticas de ajuda mútua, compartilhamento e redistribuição das comunidades tradicionais, onde as relações não são regidas pelo acúmulo e sim pela reciprocidade.

Alguns teóricos, como Singer (2006), localizam a origem da economia solidária na reação ao empobrecimento crescente gerado pelo capitalismo industrial que levou à constituição de cooperativas de produção, consumo e crédito. O ressurgimento desta forma de organização da economia acontece nas últimas décadas do século XX no Brasil como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais e as relações com a natureza. A conformação de um campo identificado com a economia solidária pode ser relacionada com a organização comunitária, com o trabalho de assessoria de organizações da sociedade civil, e mais recentemente, com a implementação de políticas públicas.

Efetivamente, a economia solidária se desenvolve em grupos cooperativos e associativos, empresas autogestionárias e espaços de comercialização organizados pelos trabalhadores e trabalhadoras destes empreendimentos. No entanto, foram as ações de organizações da sociedade civil, ao desenvolverem projetos junto à população, que impulsionaram a retomada das práticas da economia solidária. Diante de um contexto de precarização de grande parcela da sociedade e o revigoração da mesma, pela abertura política ocorrida em meados de 1980⁴, setores da Igreja Católica e algumas organizações da sociedade civil voltam-se e norteiam seus projetos, na década de 1990, para a geração de trabalho e renda e a construção de cidadania, com enfoque na formação de grupos que se organizam coletivamente para produzir, consumir e comercializar seus serviços e produtos.

Frente a uma crescente demanda por renda não podendo ser suprida no mercado formal e com o aumento do mercado de trabalho informal, as entidades⁵ buscam promover

⁴ Antes do Golpe Militar de 1964, iniciativas de organização de cooperativas são realizadas, por exemplo pela Campanha *De pé no chão também se aprende a ler* (Góes, 1980). A interrupção destes projetos compõe o quadro de repressão às ações de organização popular empreendidas pelos movimentos sociais da época.

⁵ Entre estas entidades da sociedade civil que fomentam a economia solidária estão: Cáritas Brasileira; Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores – ADS/CUT; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE; entre outras

assessoria e financiamento para impulsionar um outro tipo de desenvolvimento. Em linhas gerais, este desenvolvimento é caracterizado por Milanez (2003) como sendo a vinculação do econômico e social, proteção da qualidade da vida em geral, justiça social, redistribuição de riquezas, superação das desigualdades sociais e a autonomia e soberania das diversas culturas. Assim, a partir destes trabalhos que determinadas experiências de geração de trabalho e renda vão progressivamente sendo identificadas como empreendimentos econômicos solidários e configurando a economia solidária.

O levantamento de experiências da economia solidária no Brasil, realizado durante os anos de 2004 e 2005 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e o FBES, registrou quase quinze mil empreendimentos, abarcando mais de um milhão de trabalhadores. Esta pesquisa, ainda que tenha abrangido parcialmente o território brasileiro (40% dos municípios), apresenta um campo que está capilarizado no país e que se coloca como uma alternativa concreta de geração de trabalho. A auto-organização destas experiências a partir de ações comunitárias buscando a melhoria das condições de vida de uma localidade, coloca-se como uma das dinâmicas que promoveram a constituição da economia solidária. Nestas ações, práticas como o mutirão, reuniões periódicas de discussão e definições coletivas e de organização de grupos de trabalho cooperativo e associativo, produzem e reproduzem relações sociais e econômicas identificadas com a economia solidária na medida em que promovem à ajuda mútua, a solidariedade, a cooperação, além da responsabilidade com o grupo, o meio ambiente e com as futuras gerações.

Esse trabalho de assessoria de inúmeras entidades fez aflorar inúmeras experiências da economia solidária, tanto na viabilização de empreendimentos econômicos solidários quanto na configuração do campo da economia solidária. Como lembra Corrêa (200-, p. 10), “ninguém acorda de um dia para o outro ‘autogestionário’, se faz necessário um processo de reflexão crítica, concomitante com o desenvolvimento dos processos de trabalho”.

Tiriba (2000, p. 102) também coloca que “poucos trabalhadores têm conseguido produzir a si mesmos como senhores do seu próprio trabalho, articulando ciência e técnica, teoria e prática, a partir de seus interesses de classe”. A atuação das entidades tem abrangido as questões técnicas dos empreendimentos, entendida como capacitação, e os aspectos de organização política, como a construção de alternativas de desenvolvimento, da gestão do empreendimento e o potencial da economia solidária, conceituada como formação. O mapeamento da economia solidária (Ministério, 2005) registrou um total de 1.120 entidades de assessoria, apoio de fomento à Economia Solidária, sendo que estão vinculadas às duas

Redes universitárias mais de 120 universidades que realizam incubação de empreendimento econômicos solidários e/ou possuem núcleos voltados para o estudo da economia solidária⁶.

As políticas públicas para a economia solidária se iniciaram, fundamentalmente, associadas a esta dinâmica da sociedade civil. Em nível municipal, isto ocorre, inicialmente, em prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). As ações de governos municipais, estaduais e federal, viabilizados por meio de secretarias e/ou setores destas, voltadas para a economia solidária ou recursos de ministérios⁷, em parte, tem sido implementadas em parceria com entidades da sociedade civil. No caso das universidades, uma parcela dos recursos que mantém as atividades das incubadoras provém de governos, principalmente, do poder público federal.

A articulação dos atores da economia solidária

Empreendimentos, entidades de assessoria e fomento e gestores de políticas públicas constituem os atores sociais da economia solidária. No entanto, cabe distinguir, entre estes, duas categorias:

1. Os atores: trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos que efetivamente desenvolvem atividades concernentes à economia solidária. A característica principal deste grupo seria a autogestão, definida como cooperação na realização das atividades e repartição igual do poder e dos ganhos entre os integrantes do empreendimento (Albuquerque, 2003).
2. Os agentes: instituições que desenvolvem ações de fomento para a economia solidária. Tanto as entidades da sociedade civil como os órgãos de governo estão incluídos neste grupo.

A articulação entre estes atores sociais na constituição de um espaço nacional de discussão e ação conjunta, remete à participação, principalmente, de agentes na organização do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001. Por ocasião da preparação do I FSM, constitui-se o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária⁸ para articular e mediar a

⁶ Segundo o site da Rede Unitrabalho, são 92 universidades que a integram. No último encontro da Rede ITCPs, 30 universidades a compunham.

⁷ Segundo Sanches (2006), há 16 Ministérios com ações voltadas para economia solidária na gestão 2003-2006 do Governo Federal Brasileiro.

⁸ As 12 Entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GT Brasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária;

participação nacional e das redes internacionais da economia solidária no evento. Durante as três edições seguintes do FSM este grupo manteve o trabalho organizativo das atividades de economia solidária, o que desenvolveu “o esboço de uma identidade para o campo da economia solidária, reconhecendo e valorizando as contribuições específicas de cada organização” (Fórum, 2003, p. 14). Para além da participação na organização do FSM, o GT realizou três plenárias nacionais, sendo que neste processo acontecem novas adesões ao GT e a construção do FBES.

A preparação para a III Plenária Nacional mobilizou dezoito estados, que realizaram plenárias preparatórias e compareceram com suas representações. Esta Plenária contou com a presença de oitocentas pessoas, que contribuíram com a elaboração da Carta de Princípios e a Plataforma da Lutas do FBES. A identidade do FBES que se apresenta nestes documentos revela uma diversidade de compreensões que representa as práticas e reflexões dos atores sociais da economia solidária.

A economia solidária é definida no tópico “Convergências” da Carta de Princípios, sendo pontuados os elementos de valorização social do trabalho humano e do feminino, da produção de valores de cooperação e solidariedade nas relações sociais e econômicas tecidas, de oposição à acumulação privada e como sendo alternativa à exclusão crescente dos trabalhadores ao acesso aos benefícios gerados pela sociedade. Dentro de “Princípios Específicos” detalha-se a proposta de economia solidária defendida pelos atores que compõem o FBES, qualificados em três eixos:

- Sistema de finanças solidárias por meio de uma política autogestionária de bancos que garanta a soberania das comunidades e nações, bem como o controle e regulação pública do sistema econômico vigente;
- Formação de cadeias produtivas por meio de redes e em diálogo com as comunidades envolvidas, gerando trabalho e suprindo as necessidades a partir das territorialidades, além de estabelecer vínculos com cadeias produtivas de outros países que comungam os princípios éticos, solidários e sustentáveis;
- Política da Economia Solidária num Estado Democrático: a economia solidária é apresentada como um “projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa” (Fórum, 2003, p. 5), que pode se constituir num ator social distinto do capitalismo e do setor estatal com potencial para avançar na construção de um Estado “democraticamente forte” (idem).

A noção de economia solidária apresentada neste documento enfatiza os valores que qualificam as relações econômicas e sociais deste campo, a constituição de um mercado diferenciado do capitalista e estatal e a necessidade de interferência no mercado vigente, como na limitação das taxas e juros e emissão responsável da moeda nacional, que a economia solidária se compromete.

Sua Plataforma de Lutas, elaborada a partir da I Plenária Nacional e finalizada na terceira, estabelece as ações que o FBES defende junto ao Governo Federal. Neste sentido, cabe retomar que o processo de constituição do FBES, entre a segunda e terceira Plenárias Nacionais, ocorre concomitante às eleições presidenciais e a vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Os atores que compõe o GT, encaminham uma carta ao presidente-eleito apresentando o projeto de desenvolvimento que a economia solidária representa e propondo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, a atual SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A relação dos atores sociais da economia solidária com administrações do PT tem sido de proximidade, sendo que parte das lideranças deste campo é militante do partido. Isto potencializa o diálogo entre os agentes e lideranças dos atores com tais governos, inclusive levando, principalmente, agentes a compor a administração pública em setores voltados para a economia solidária.⁹

Desde sua criação, o FBES organizou-se de duas formas. Em ambas as estruturas de organização, as entidades que compunham o GT Brasileiro e outras entidades nacionais que surgiram após a criação do Fórum contavam com assento nas instâncias existentes. Num primeiro momento, havia o Conselho Interlocutor (COIN) responsável pelo diálogo com a SENAES/MTE, com a qual se reunia a cada seis meses, uma Comissão de Empreendimentos (CE) e uma Comissão de Acompanhamento (CA) da Secretaria Executiva, formada por membros da Coordenação Nacional (CN) residentes na região Centro-Oeste. Esta Comissão, além de acompanhar a Secretaria Executiva do FBES, também dialogava com a SENAES/MTE nos intervalos entre as reuniões do COIN. Da estrutura inicial, permanecem hoje a Coordenação Nacional (composta por três representantes de cada Fórum Estadual (FEES) e as entidades e redes nacionais), os Grupos de Trabalho¹⁰ (instância mista composta por representantes do FBES e SENAES) e a Secretaria Executiva, que tem papel de operacionalizar reuniões, eventos e a comunicação interna e externa do FBES.

⁹ Sobre a relação dos Fóruns e governos caberia uma análise, no entanto demandaria um aprofundamento e coleta de informações que escapam à proposta deste artigo.

¹⁰ Atualmente, em sua estrutura organizacional o FBES possui os seguintes GTs: Relações Internacionais; Produção, Comercialização e Consumo; Formação; Finanças Solidárias; Marco Legal; Comunicação; Políticas Públicas.

Em 2005, substituindo o COIN, CE e CA foi instituída a Coordenação Executiva, com representantes dos empreendimentos por região do país e das entidades e redes nacionais que passam a se reunir mensalmente. Mesmo contando com os FEES em todos os estados e suas representações nas instâncias do FBES, a organicidade do Fórum, com a efetiva participação, construção e contribuição de todos os atores sociais ainda está em processo.

Esta estrutura de funcionamento visa articular a diversidade de uma economia solidária nascente, com propósito de mobilização e institucionalização da economia solidária. Desde sua criação, percebe-se o crescimento substancial da organização do movimento de economia solidária no Brasil. Se em 2002, havia apenas cinco estados com articulações regulares, em 2003 dezoito estados realizam plenárias para a constituição do FBES. Hoje, embora seja visível a fragilidade de alguns, existem em todos os estados brasileiros FEES além das ramificações em Fóruns Regionais e Microrregionais. Outra questão a se considerar, diz respeito ao número de entidades que compõe o FBES, se em 2002 eram seis, hoje são dezesseis entidades nacionais que fazem parte da estrutura do Fórum Brasileiro. Vale também ressaltar a criação de redes de produção, comercialização e consumo que foram criadas a partir do nascimento do FBES. Outro campo que também ganha visibilidade e articulação, a partir desse crescimento, se relaciona a criação de intercâmbios internacionais, especialmente com a América Latina e, mais recentemente, aproximações com as experiências em economia solidária existentes no Canadá.

Entretanto, mesmo com consideráveis avanços e conquistas, há muito se percebe que a atual composição e forma de atuação do FBES possui fragilidades de mobilização e articulação dos atores. Esta compreensão, foi construída a partir das reuniões das diversas instâncias do Fórum. Diante desse quadro, o FBES está discutindo uma nova forma de organização que venha realmente a representar as demandas e anseios de sua base - os FEES e os empreendimentos que o compõe. Esta proposta reflete a necessidade de que sua base, os empreendimentos, conduzam os rumos da organização dos atores da economia solidária. Esse processo permeará discussões nos estados, encontros regionais, plenárias estaduais que culminará na IV Plenária Nacional do FBES, na qual se pretende retirar um novo modelo de organização do Fórum.

Paralelamente a esse processo, o FBES e o GT de Formação, em parceria com a SENAES, estão também promovendo as Oficinas sobre Formação, que ocorrerão entre os meses de novembro e dezembro de 2006 em todas as regiões do Brasil. O principal objetivo dessas oficinas é reunir educadores populares, que venham a representar e apresentar todo o acúmulo de experiências de formação em economia solidária de suas entidades e empreendimentos, a fim de que ao final de todo esse processo se aponte quais políticas

públicas de formação defendem para a economia solidária.

Desta forma, como primeira etapa da construção dessas oficinas, o GT de Formação e a Secretaria Executiva do FBES mobilizou, entre os meses de junho e outubro de 2006, entidades e empreendimentos a relatarem, sob a forma de ficha, suas experiências de formação em economia solidária. Até o presente momento registrou-se 209 experiências das mais diversas organizações do país, no entanto, pelos registros do mapeamento há uma gama muito maior de atividades de formação ocorrendo no país. Entretanto, sendo um banco de dados em construção, o foco de análise desse artigo serão as experiências de formação em economia solidária de universidades (enviadas para as oficinas de formação.. A questão condutora dessa análise questiona, em um primeiro momento, quais são as prioridades focadas pelas universidades nas atividades relatadas nas fichas. A partir desse dado, um segundo questionamento buscará refletir se essa formação está realmente contribuindo para uma formação política do movimento de economia solidária , visto que muitas universidades estão inseridas nos FEES e no próprio FBES.

A economia solidária no trabalho das universidades

A análise proposta debruçou-se sobre um total de quarenta experiências em formação em economia solidária de universidades brasileiras recebidas pelo FBES. A estrutura dessa ficha permite obter informações como título da experiência desenvolvida, público e número de educandos, conteúdo e metodologia utilizada e a ocorrência ou não de avaliação da experiência.

Entretanto, vale ressaltar, mesmo que de forma breve, as limitações estruturais dessas fichas. Primeiro, por se tratar de um modelo padronizado, que muitas vezes não permite ao relator explorar questões mais profundas e abrangentes. Segundo, pelo próprio caráter das informações solicitadas que parecem focar mais na forma da atividade do que em seu conteúdo, desenvolvimento e articulações com o movimento que proporcionou.

Do total dessas experiências, a região Sudeste enviou 50% , ou seja, nove universidades foram responsáveis pelo envio de vinte relatos de experiências em formação sobre economia solidária. Desse total, dezenove vieram de universidades ligadas a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP) , e apenas uma experiência refere-se à Rede Unitrabalho. Quanto à região Nordeste, quatro universidades enviaram relatos de experiências, sendo duas ligadas à Rede de ITCP. A região Centro Oeste foi a que menos enviou experiências de formação, apenas duas universidades enviaram, sendo que uma atividade refere-se ao trabalho desenvolvido por uma incubadora vinculada à Rede

Unitrabalho. A região Norte enviou apenas uma experiência de universidade, esta ligada à Rede ITCP. Por fim, a região Sul foi a segunda maior em número de fichas enviadas pelas universidades, um total de dez experiências relatadas por seis universidades. Desse número, sete estão ligadas a Rede ITCP, as outras três restantes integram a Rede Unitrabalho.

Por esse quadro percebe-se o predomínio de experiências vindas da Rede ITCP, principalmente da região sudeste e sul do Brasil. Do total de quarenta fichas, que são a base empírica da investigação proposta, recebeu-se experiências de 22 universidades, sendo 14 vinculadas à Rede ITCP.

A maioria das atividades encaminhadas para as Oficinas são direcionadas para os atores, restando uma pequena parcela àqueles que compõem o seu quadro de agentes e, em percentual muito pequeno, a mesma experiência foi direcionada aos dois públicos conjuntamente. Com todas as limitações apontadas, lança-se aqui considerações de um primeiro olhar sobre a fonte para a reflexão desse artigo.

Do universo das 40 experiências analisadas, apenas seis tiveram como público alvo os agentes de incubação, ou seja, a equipe que compõe as incubadoras. Ao se analisar o conteúdo descrito e explorado nessas experiências sobre formação em economia solidária, percebe-se ausência de discussões acerca de movimentos sociais, formação de redes e organização do movimento de economia solidária, como os FEES e o FBES. Em alguns casos, a perspectiva de trabalho freiriana está bastante clara, mas é quase inexistente a discussão política do movimento de economia solidária no Brasil, como o mesmo está organizado hoje, quais seus desafios e que caminhos estão sendo trilhados. Tanto os conteúdos quanto a metodologia utilizada nas atividades voltadas para os agentes estão direcionadas para as demandas imediatas dos grupos incubados, o que pode estar orientando o trabalho desenvolvido em campo junto aos atores.

O público privilegiado pelas ações das universidades investigadas se refere aos coletivos incubados, correspondendo a quase o total de fichas enviadas. Como descrito acima, os conteúdos desenvolvidos pelas universidades junto aos atores estão direcionados para as necessidades técnicas dos empreendimentos, como questões administrativas, jurídicas e contábeis. Os temas economia solidária, cooperativismo, associativismo e autogestão aparecerem, mas na descrição das experiências há dados precários sobre a profundidade e a forma de abordagem destes assuntos.

Considerações finais

A abordagem inicial sobre o material encaminhado pelas universidades para as

oficinas de formação mostrou um investimento direcionado para atividades de capacitação dos atores sociais da economia solidária. A formação destes atores na perspectiva de repensar o sistema econômico e construir experiências nas quais as relações sociais são permeadas pela lógica de solidariedade e cooperação, ainda é incipiente. O trabalho educativo analisado, ainda que não se fixe em conteúdos políticos da economia solidária, pode ser atravessado por este. Os atores, participando destas atividades, convivem com ambientes e pessoas diferenciados do seu cotidiano. Este envolvimento favorece: ampliar suas relações, trocar e construir saberes, valorizar sua experiência enquanto participante de um empreendimento, ou ainda, ter a percepção de si como cidadão e dos espaços que pode interferir na sua comunidade ou sociedade.

Cabe aprofundar, por um lado, a análise no sentido de buscar elementos que identifiquem se mesmo sendo orientadas para as demandas emergenciais estas atividades configuram um espaço que permite a construção de uma outra economia. Além disso, tendo como base todo o acúmulo de discussões dos atores sociais da economia solidária nas atividades realizadas por meio do FBES, buscaremos identificar se questões fundamentais para esta organização tem sido contempladas nas quarenta experiências investigadas. Como apresentado no texto, a economia solidária constitui um projeto integral de desenvolvimento, ancorado numa concepção crítica do atual sistema e das relações estabelecidas nesta sociedade. Além disso, a constituição de redes de produção, comercialização e consumo ancoradas em princípios éticos, solidários e sustentáveis e de um sistema de finanças solidárias são elencados como estratégicos para a consolidação da economia solidária. A construção coletiva dos atores sociais compõe o fundamento destes elementos pautados pelo FBES como constituintes da economia solidária. A sua concretização passa pela formação destes atores concomitante com o desenvolvimento do trabalho autogestionário.

O aprofundamento da investigação dos dados que constam nos relatos das quarenta experiências da universidades, coloca-se como necessário na continuidade da investigação proposta. Além disso, a aproximação das realidades estudadas será outra etapa do trabalho. Por ocasião dos encontros de formação, aplicar-se-á questionários aos agentes das universidades presentes nas atividades e serão encaminhados para os FEES questões acerca da percepção e do impacto do trabalho desenvolvido pelas universidades na organização da economia solidária.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paulo. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20- 26.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de Adultos neste novo cenário**. [Porto Alegre]: [s.n., 200-]. Mimeografado.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)**. Disponível em: www.fbes.org.br

GOES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler: 1961-64: uma escola democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 76-84.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária no Brasil. Disponível em <http://www.mte.gov.br>

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

TIRIBA, Lia. Práxis produtiva e princípio educativo. In: _____. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.